



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DEMANDAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER: CONQUISTAS E DESAFIOS

Mauro Castro Ignácio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

mauroesef@gmail.com

Anderson da Silveira Farias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

farias.anderson@hotmail.com

Paloma Müller de Souza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

paloma.muller@hotmail.com

RESUMO

A participação popular na escolha das ações para políticas públicas em esporte e lazer é pequena. Buscando compreender porque isso ocorre, foi elaborado esse estudo de revisão. De 18 artigos iniciais, 3 foram escolhidos para esse trabalho. Os conceitos de participação popular ainda não são claros em nossa sociedade, assim como a importância do esporte e lazer, se tornando importante a criação de formas de difundir e esclarecer esses temas, em uma sociedade carente dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, participação popular, lazer.

INTRODUÇÃO

A cada dia aparece mais nas redes sociais, rodas de conversa e mídias em geral, discussões envolvendo a participação popular no que diz respeito às políticas públicas. É necessário, para que tenham seu objetivo alcançado, a compreensão da forma que são debatidas e como são implementadas as políticas públicas para o esporte e lazer.

Pensando nisso, com o suporte dos grupos que problematizam e investigam sobre essa área, o Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (REDE CEDES), e o Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF), vinculados à UFRGS, foi elaborado este artigo de revisão, para que possamos entender um pouco mais deste tema, baseado em três artigos produzidos por pesquisadores com grande contribuição na área do lazer: "Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer", produzido por Werle, em 2010, "Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre", publicado em 2005, por Amaral e Cristina, e "Políticas



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta", publicado em 1998, por Stigger.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre participação popular em lazer e esportes. Os artigos estudados foram pesquisados nas bases de dados MedLine, LILACS e SciElo usando palavras chave: participação popular, políticas públicas, lazer, esportes. A busca foi limitada entre 1996 a 2017, para abranger um período mais recente, as últimas duas décadas. Os artigos que relatavam investigações originais sobre o assunto foram incluídos na primeira etapa, excluindo revisões sistemáticas e meta análises. Dentre 16 artigos selecionados em um primeiro momento, 3 foram escolhidos para compor esse artigo, por sua relevância no tema proposto, por analisar de forma sucinta a abordagem, e por relatarem casos ocorridos em cidades conhecidas por tratar a participação popular como prioridade. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica de caráter descritivo-analítico (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009).

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER

Ao analisar o artigo de Stigger (1998), surgiu uma das questões norteadoras, que é se as políticas públicas para a educação física, esportes e lazer, efetivamente são políticas sociais? É difícil responder essa questão, pois existem muitas contradições no campo. Transformar a ideologia em prática exige mais do que boa vontade, principalmente por parte dos gestores. Esse inovador pode acabar sendo executado como o de sempre, resultando no contrário do esperado.

Marcellino (1996), define em seu trabalho o que são “especificidade abstrata” e “especificidade concreta” do lazer, o que serve para ilustrar melhor o que foi dito acima, pois o abstrato está sem relação com o cotidiano e é o fazer por fazer, o lazer para abstrair da realidade.

Do mesmo modo, o jeito de fazer política “do jeito que dá” gera resultados poucos satisfatórios, pois engloba profissionais sem comprometimento ou qualificação, pouco recurso público, dirigentes sem qualquer identificação com o lazer e principalmente, pouco interesse da população, dentre tantos outros fatores.



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

O acesso ao esporte e ao lazer é um direito de todos, mas ainda hoje essas práticas não são cotidianas na vida da população, principalmente por limitações impostas tanto pela sociedade quanto pelo poder público, como a cultura da necessidade de equipamentos sofisticados para a prática de atividades físicas e a falta de espaço para a prática delas, dentre outros. Não se pode ver o lazer e o esporte sem pensar nas diversas variáveis que os formam, como sua história, economia e mobilizações sociais e a relação entre esses fatores. O esporte é um meio de promover a integração e a convivência entre os praticantes e quando aplicado nas políticas públicas sem visar a inclusão, gera grandes impactos.

Infelizmente, fica claro que as políticas públicas são desenvolvidas de cima para baixo, para a população e não com ela, onde as decisões em sua grande maioria são tomadas pelos políticos e profissionais, sem a participação popular. Isso vai contra uma das principais formas de reduzir a desigualdade social, que são as políticas públicas de inclusão social associadas à participação popular. É preciso que a população perceba que sua ação dentro da sociedade vai além de votar a cada determinado tempo, e que engloba a participação efetiva nas escolhas de seus eleitos, ao cobrá-los e participar das decisões para a sociedade. Quando o sujeito se omite, acaba marginalizando-se, pois se afasta das escolhas que dizem respeito a si (BORDENAVE, 1986).

Ao omitir-se do cenário político, sem atuar nas escolhas dos governantes, o sujeito torna-se politicamente pobre, segundo Demo (1994), e acaba sendo manipulado pelo Estado, pois não luta por seus direitos e se contenta com migalhas do governo, mendigando pelo que é seu de direito. Mas, para que a participação popular ocorra, além do interesse, é preciso que existam canais de comunicação entre a população e o Estado.

Stigger (1998) destaca que as políticas públicas podem ser desenvolvidas para ou com a população. A primeira opção coloca o Estado como uma entidade acima do povo, fortalecendo a dependência da população; já a segunda, permite a participação popular e faz do povo uma parte importante da elaboração das políticas.

Nas propostas de participação popular fica claro que a decisão final nas reuniões, plenárias e discussões é sempre do gestor público, ou seja, do Estado, e que este cenário só mudará quando a população se conscientizar do seu real papel. Enquanto isto não ocorre, sua participação será quase sempre de fachada.



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

Werle (2010) deixa claro que o conceito de democracia está diretamente ligado ao voto, a escolha dos governantes, ou seja, não há preocupações com investimentos e melhorias, visando atender a população. Ao criar meios para que a população participe das tomadas de decisão, contribuiria diretamente para a formação de cidadãos mais críticos, engajados e agentes das soluções sociais.

Mas antes de falar sobre políticas públicas de esporte e lazer, é preciso perceber como os governantes e a sociedade vêem a educação física. O principal ponto a se perceber é que a política neoliberal não vê importância na educação física, tendo o esporte e o lazer quase como desnecessários diante de outros direitos sociais (MARCELLINO, 2001; DUMAZEDIER, 2004; PAULA DE MELO, 2005).

O que é necessário, neste momento, é que se desenvolva uma conscientização do povo, para que percebam sua responsabilidade na gestão do Estado, combatendo qualquer arbitrariedade que vá contra os interesses e necessidades populares (ARAÚJO BATISTA, 2005). Sem essa mentalidade, a palavra final sempre será do gestor, não importando o quanto se ‘discute’ com a comunidade.

A participação popular nas políticas públicas pode ser vista no trabalho de Amaral e Cristina (2005), que faz um estudo sobre o Orçamento Participativo, na cidade de Porto Alegre, no RS. Preparado de modo que as demandas de cada bairro e as da cidade como um todo fossem contempladas, incluindo nessas demandas o esporte e o lazer. Uma das limitações relacionadas as escolhas nas políticas em esporte e lazer se deve ao fato de que a população as considera menos prioritárias em relações a outras, com saúde e segurança. Isso pode ser visto como um reflexo de diversos fatores, como o descaso do poder público em relação ao esporte e lazer, e o pouco acesso a informações sobre o tema por parte da população em geral.

É importante destacar que durante o período em que as administrações populares estiveram a frente da prefeitura, muito se fez em relação ao esporte e lazer, desde a revitalização de locais de lazer e esporte públicos, tanto na região central como nas periferias, além de diversos eventos culturais, mas muito ainda precisa ser feito.



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se trabalhar com um assunto tão amplo e delicado como esporte e lazer, é necessário destacar o escasso acesso da população à informação, pois é possível perceber que ao mesmo tempo que as o poder público não o tem como prioridade, com orçamentos reduzidos para direcionar mais fundos para outros assuntos considerados mais importantes, existe também o desconhecimento da população da real necessidade do esporte e lazer, o que acaba por tornar menos efetiva a participação popular para melhorar as políticas na área.

A descentralização da gestão do esporte e lazer, possibilita atender cada região com suas particularidades históricas, sociais e culturais, ofertando à população uma opção de lazer que tenha significado. O planejamento de atividades com a participação da população possibilita maior adesão e tem maior chance em atingir os objetivos.

Com esse trabalho, percebemos que existe um longo e tortuoso caminho a se percorrer para que as políticas públicas em esporte e lazer atinjam o nível de importância e investimentos ideais, mas que muitos avanços foram conquistados, cabendo a população lutar para que aquilo que foi conquistado não seja suprimido e que mais se possa conquistar, garantindo a sociedade algo que é seu por direito.

PARTICIPACIÓN POPULAR EN LAS DEMANDAS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN DEPORTE Y OCIO: CONQUISTAS Y DESAFÍOS

RESUMEN

La participación popular en la elección de las acciones para políticas públicas en deporte y ocio es pequeña. Buscando comprender por qué esto ocurre, se ha elaborado este estudio de revisión. De 18 artículos iniciales, 3 fueron elegidos para ese trabajo. Los conceptos de participación popular todavía no son claros en nuestra sociedad, así como la importancia del deporte y el ocio, haciéndose importante la creación de formas de difundir y esclarecer esos temas, en una sociedad carente de los mismos.

PALABRAS CLAVE: *políticas públicas, participación popular, ocio.*



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

POPULAR PARTICIPATION IN PUBLIC POLICY DEMANDS IN SPORTS AND LEISURE: CONQUESTS AND CHALLENGES

ABSTRACT

The popular participation in the choice of actions for public policies in sport and leisure is small. Seeking to understand why this occurs, this review study was elaborated. Of 18 initial articles, 3 were chosen for this work. The concepts of popular participation are still not clear in our society, as well as the importance of sports and leisure, becoming important to create ways to disseminate and clarify these themes, in a society lacking them.

KEYWORDS: *Public policies, popular participation, leisure.*

REFERÊNCIAS

AMARAL, Franco; CRISTINA, Sílvia. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. **Movimento**, v. 11, n. 3, 2005.

ARAÚJO BATISTA, Maria da Conceição. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco-1999-2001: analisando o projeto "Idosos em Movimento". **Movimento**, v. 11, n. 3, 2005.

BORDENAVE, J. E. O que é participação. 4. ed. São Paulo: **Brasiliense**, 1986.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Autores Associados, 1994.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. Perspectiva, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Autores Associados, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social-Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PAULA DE MELO, Marcelo. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Movimento**, v. 11, n. 3, 2005.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta. **Motrivivência**, n. 11, p. 83-98, 1998.

WERLE, Verônica. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2010.